

RESOLUÇÃO Nº 222/2021-CPJ

Dispõe sobre o acréscimo de 5% (cinco por cento) ao percentual máximo para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento até 31 de dezembro de 2021.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais, especialmente no art. 33, § 1º, da Lei nº 9.782, de 19 de julho de 2012,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 1º e 2º da Lei Federal nº 14.131, de 30 de março de 2021, que dispõe sobre o acréscimo de 5% (cinco por cento) ao percentual máximo para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento até 31 de dezembro de 2021; e altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

CONSIDERANDO que o aumento de cinco pontos percentuais no limite máximo consignável a que se refere a Lei Federal nº 14.131/2020 aplica-se também a todos os servidores públicos, de qualquer ente da federação, quando leis ou regulamentos locais não definirem percentuais maiores do que 40% (quarenta por cento), conforme art. 1º, parágrafo único daquele diploma legal;

RESOLVE:

Art. 1º Até 31 de dezembro de 2021, o limite de comprometimento da folha de pagamento dos membros, servidores ou pensionistas, para fins de consignação em folha de pagamento a que se referem os arts. 1º, 9º e 10, § 2º da Resolução nº 043/2010-CPJ, fica acrescido de 5% (cinco por cento), passando a ser 35% (trinta e cinco por cento).

Parágrafo único. O percentual de aumento a que se refere o *caput* (5%) será destinado exclusivamente para:

I - amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou

II - utilização com finalidade de saque por meio do cartão de crédito.

Art. 1º Após 31 de dezembro de 2021, na hipótese de as consignações contratadas nos termos e no prazo previstos no art. 1º desta Resolução ultrapassarem, isoladamente ou combinadas com outras consignações anteriores, o limite original de 30% (trinta e cinco por cento) previsto nos arts. 1º, 9º e 10, § 2º da Resolução nº 043/2010-CPJ, será observado o seguinte:

I - ficarão mantidos os percentuais de desconto previstos no art. 1º desta Resolução para as operações já contratadas;

II - ficará vedada a contratação de novas obrigações.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Cuiabá-MT, 10 de junho de 2021.

JOSÉ ANTÔNIO BORGES PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

GERSON NATALÍCIO BARBOSA
Procurador de Justiça
Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça